

PRIMEIRA INFÂNCIA NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA ANÁLISE DO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA IMEDIATA DE ARAGUAÍNA/TO

Early childhood in the Legal Amazon: an analysis of the socio-economic environment in the region of immediate influence of Araguaína/TO

La primera infancia en la Amazonía Legal: un análisis del entorno socioeconómico en la región de influencia inmediata de Araguaína/TO

DOI: 10.48075/igepec.v28i2.33149

Erika Larissa Poscidônio de Souza
Universidade Federal do Norte do Tocantins

Cimara Leite de Sousa
Universidade Federal do Norte do Tocantins

Mariana Coelho Lima
Universidade Federal do Norte do Tocantins

Thelma Pontes Borges
Universidade Federal do Norte do Tocantins

PRIMEIRA INFÂNCIA NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA ANÁLISE DO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA IMEDIATA DE ARAGUAÍNA/TO

Early childhood in the Legal Amazon: an analysis of the socio-economic environment in the region of immediate influence of Araguaína/TO

La primera infancia en la Amazonía Legal: un análisis del entorno socioeconómico en la región de influencia inmediata de Araguaína/TO

Erika Larissa Poscidônio de Souza¹
Cimara Leite de Sousa²
Mariana Coelho Lima³
Thelma Pontes Borges⁴

Resumo: Buscando compreender como as questões socioeconômicas atravessam a primeira infância na Amazônia Legal, mais especificamente na região de influência imediata de Araguaína/TO (RIIA), este trabalho levantou dados do Cadastro Único referente a famílias, indivíduos totais e crianças na primeira infância cadastradas no programa, comparando-os com a população total. Foi feita uma análise descritiva-analítica relacionando como o ambiente em que a criança cresce influencia o desenvolvimento humano com a quantidade de pessoas vulnerabilizadas nesta região. O trabalho conclui que mais de setenta por cento das crianças na primeira infância moradoras da RIIA se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, afetando seu desenvolvimento devido à limitação do acesso a experiências vividas tanto por elas quanto pela rede social em que estão inseridas.

Palavras-chave: Cadastro Único. Desenvolvimento humano. Pobreza. Amazônia Legal. Infância.

Abstract: Seeking to understand how socioeconomic issues permeate early childhood in the Legal Amazon, more specifically in the region of immediate influence of Araguaína/TO (RIIA), this work collected data from the Single Registry regarding families, total individuals and early childhood children registered in the program, compared to the total population. A descriptive-analytical analysis was carried out relating how the environment in which children grow up influences human development with the number of vulnerable people in this region. The work concludes that more than seventy percent of early childhood children living in RIIA are in socioeconomic vulnerability, affecting their development due to limited access to experiences lived both by them and by the social network in which they are inserted.

Keywords: Single Registry. Human development. Poverty. Legal Amazon. Infancy.

Resumen: Buscando comprender cómo las cuestiones socioeconómicas permean la primera infancia en la Amazonía Legal, más específicamente en la región de influencia inmediata de Araguaína/TO (RIIA), este trabajo recopiló datos del Registro Único sobre familias, individuos totales y niños registrados en la primera infancia. en el programa, en comparación con la población total. Se realizó un análisis descriptivo-analítico relacionando cómo el ambiente en el que crecen los niños influye en el desarrollo humano con el número de personas vulnerables en esta región. El trabajo concluye que más del setenta por ciento de los niños de primera infancia que viven en RIIA se encuentran en vulnerabilidad socioeconómica, afectando su desarrollo por el limitado acceso a experiencias vividas tanto por ellos como por la red social en la que están insertos.

¹ Mestranda em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela UFNT. Bolsista CAPES. Graduada em Biomedicina pela UNIFAL/MG. E-mail: erikaposc@gmail.com.

² Mestranda em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela UFNT. Bolsista CAPES. Graduada em Pedagogia pela UNOPAR/TO. E-mail: cimaraleite10@gmail.com.

³ Mestranda em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela UFNT. Bolsista CAPES. Graduada em Engenharia Civil pela UNITPAC/TO. E-mail: lima.mariana@mail.uft.edu.br.

⁴ Docente no Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da UFNT. E-mail: thelma.borges@ufnt.edu.br.

Palabras clave: *Registro Único. Desarrollo humano. Pobreza. Amazonía legal. Infancia.*

INTRODUÇÃO

Este estudo busca acrescentar à literatura que discute a relação entre questões socioeconômicas e o desenvolvimento humano na primeira infância. Nosso objetivo é, portanto, compreender como as questões socioeconômicas atravessam a primeira infância de crianças moradoras da Amazônia Legal, nos 21 municípios da Região de Influência Imediata de Araguaína (RIIA), localizada no médio-norte do estado do Tocantins.

De acordo com a revisão feita por Assis, Moreira e Fornasier (2021) sobre a teoria ecológica de Bronfenbrenner, base para a psicologia ambiental, o estudo do desenvolvimento humano deve considerar não só aspectos biológicos controlados em laboratório, mas pensar também o contexto ambiental, relacional e temporal ao qual o indivíduo pertence. Dessa forma, o presente trabalho não tem a intenção de estudar o desenvolvimento humano sob o ponto de vista biológico, mas sim as questões socioeconômicas que permeiam o desenvolvimento do indivíduo nos municípios em questão.

A primeira infância é a fase da vida desde a gestação até os seis anos de idade. Esse público foi escolhido por ser o período da vida em que o indivíduo está se formando e desenvolvendo habilidades sociais (Zilioto; Ferraz; Marques, 2020). Uma primeira infância bem assistida de cuidados sociais, educacionais, sanitários, além de experiências, descobertas e afetos, abre janelas para o resto da vida da criança. Outros aspectos, como onde as crianças moram, infraestrutura do bairro, quantidade e as características dos equipamentos urbanos comunitários, bem como a atenção que a municipalidade dedica às políticas de atendimento aos cuidadores, são apontados por Cruz (2022) como intervenientes nos processos de desenvolvimento humano.

No entanto, o público infantil do Brasil, especialmente as crianças amazônidas, atravessam dificuldades nas áreas socioeconômicas, educacionais ou até mesmo as que envolvem saúde ou políticas públicas (FMCSV, 2024). No Brasil, mais de 28 milhões de famílias vivem em situação de pobreza e baixa renda, sendo que 5,2 milhões dessas famílias estão localizadas na Amazônia Legal (Brasil, 2024). Considerando que a população total do país é de 203 milhões e que na Amazônia Legal residem 27 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Em comparação, temos, portanto, que os habitantes da região representam menos de um sétimo da população brasileira, enquanto os cidadãos em situação de pobreza e baixa renda total do país constituem pelo menos um quinto da população brasileira. É por esse motivo que esta pesquisa é relevante, pois busca compreender melhor os desafios socioeconômicos enfrentados por essas famílias.

Estudos mostram que a pobreza modifica o desenvolvimento cerebral humano devido às múltiplas escassezes provenientes de fatores educacionais, relacionais e de lazer. Além do componente genético, o cérebro depende das relações ambientais e de um universo estimulador para se desenvolver. Assim, linguagem, memória e funções executivas são amplamente afetadas em situações de vulnerabilidade social (Fernandes, Melo, 2019). Fernandes e Melo (2019, p. 451) afirmam que a pobreza interfere de forma negativa no cérebro: “(...) as crianças que vivenciam a pobreza avaliadas nesses estudos demonstraram defasagem em relação as crianças que vivem em condições melhores socioeconômicas”.

E, para Crespo e Gurovitz (2002), ser pobre trata-se de um conceito multidimensional que engloba a privação dos meios básicos de sobrevivência, como água e alimento, mas também diz respeito à privação da autonomia, susceptibilidade a doenças, carência de serviços básicos e recursos físicos, humanos, sociais e ambientais, contribuindo para o aumento da vulnerabilidade social. Em apresentação sobre os determinantes que reduziram a taxa de mortalidade infantil no Brasil, Paixão e Ferreira (2012) mostram que a renda média desempenha uma função importante, juntamente com coleta de lixo e a taxa de natalidade, o que reforça a relevância sobre o perfil econômico da região imediata de Araguaína.

A pobreza pode ser classificada em absoluta, que se refere à privação do mínimo para sobrevivência humana; e relativa, se tratando as diferenças entre o acesso aos padrões de vida predominantes na sociedade que o indivíduo convive (Todeschini; Bezerra Baço, 2015). Em termos numéricos, pobreza e baixa renda são definidas no Brasil como rendimento per capita de até R\$218,00 e meio salário-mínimo (atualmente no valor de R\$706,00), respectivamente (Brasil, 2023). Dessa forma, famílias com crianças que se encontram em situação de pobreza e baixa renda necessitam de assistência financeira governamental para auxiliar no desenvolvimento infantil.

De acordo com o estudioso Heckman (2011), investir na primeira infância de crianças de famílias carentes gera um retorno positivo na qualidade de vida, na saúde e na educação. O economista mostra que a cada um dólar investido nos primeiros seis anos de vida, resulta em um retorno de sete dólares.

Sendo assim, existe no Brasil o Cadastro Único (CadÚnico) como uma maneira facilitadora de reunir famílias que necessitam de suporte financeiro através de políticas públicas. Tem direito a se cadastrar as que estejam em situação de pobreza, baixa renda e famílias que recebem mais do que meio salário per capita, desde que vinculadas a outro programa social do governo aceito pelo CadÚnico (BRASIL, 2022). Ou seja, mesmo que o rendimento mensal seja superior a classificação de pobreza e baixa renda, essas famílias também estão vulnerabilizadas e podem receber algum auxílio governamental. Nesse sistema, foi possível retirar os dados necessários para esse estudo, como o número de famílias e indivíduos adultos e crianças em situação de pobreza e baixa renda da região de interesse.

Essa região é delimitada primeiramente como Amazônia Legal e, segundo dados do IBGE (2022), abrange aproximadamente 60% do território nacional e é composta por 9 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O portal da Primeira Infância Primeiro (2024) relata que, em 2022, havia cerca de 3 milhões de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, distribuídas em 808 municípios.

Nesse contexto, nossa análise se concentrará na RIIA. Essa região abrange municípios vizinhos que mantêm uma relação direta com o município de Araguaína em termos econômicos, sociais e culturais. Isso inclui áreas onde a população busca serviços, empregos, realiza compras, acessa saúde e educação na cidade polo. Em resumo, a RIIA é formada pelos municípios ao redor que dependem e se relacionam diretamente com Araguaína em diversos aspectos da vida cotidiana (IBGE, 2024).

Dessa forma, é fundamental compreender a dependência e interação das cidades pequenas com Araguaína, considerada uma cidade média. Isso ajuda a

entender o contexto em que as crianças da região vivem. Portanto, é necessário apresentar as características das cidades amazônicas médias e pequenas.

De acordo com o IBGE (2018), as cidades médias são aquelas que possuem uma população entre 100 mil a 500 mil habitantes, enquanto as cidades pequenas têm menos de 100 mil habitantes. No entanto, vale ressaltar que essas categorizações não se baseiam apenas em critérios quantitativos; outros aspectos qualitativos também são relevantes para caracterizá-las. Assim, Pacífico Filho *et al.* (2020) e Pacífico Filho, Borges e Siqueira (2023) estudam as cidades pequenas e médias na Amazônia Legal, considerando suas particularidades regionais. Para eles, cidades médias na região funcionam como protagonistas, oferecendo acesso a serviços urbanos e mantendo a qualidade de vida das cidades pequenas. Já as cidades pequenas na Amazônia Legal são centros urbanos com população menor do que as cidades médias, mas com diversidade econômica além da produção agrícola (Sposito; Jurado da Silva, 2013).

Dessa forma, questionamos quantas famílias e crianças na primeira infância dessa região estão cadastradas no CadÚnico e quantas estão em situação de pobreza? Além disso, como as questões socioeconômicas podem influenciar no desenvolvimento da criança na Amazônia Legal?

Para construir essa reflexão, o texto é estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção, pretende-se discutir a respeito de como a pobreza pode influenciar no desenvolvimento humano; em seguida, demonstra-se a metodologia utilizada, os resultados e discussões, e, por fim, as considerações e as referências utilizadas.

2– AMBIENTE SOCIOECONÔMICO E PRIMEIRA INFÂNCIA

A Psicologia Ambiental surgiu no século XXI nos países ao norte do globo. Inicialmente, recebeu o nome de *Psicologia da Arquitetura*, pois, naquela época, havia uma necessidade de recuperar arquitetonicamente as cidades após a Segunda Guerra Mundial. Enquanto os arquitetos tinham a visão de que o ambiente influencia o meio em que estamos, os psicólogos estudam a ideia de como o indivíduo se comporta em determinados ambientes (Melo, 1991).

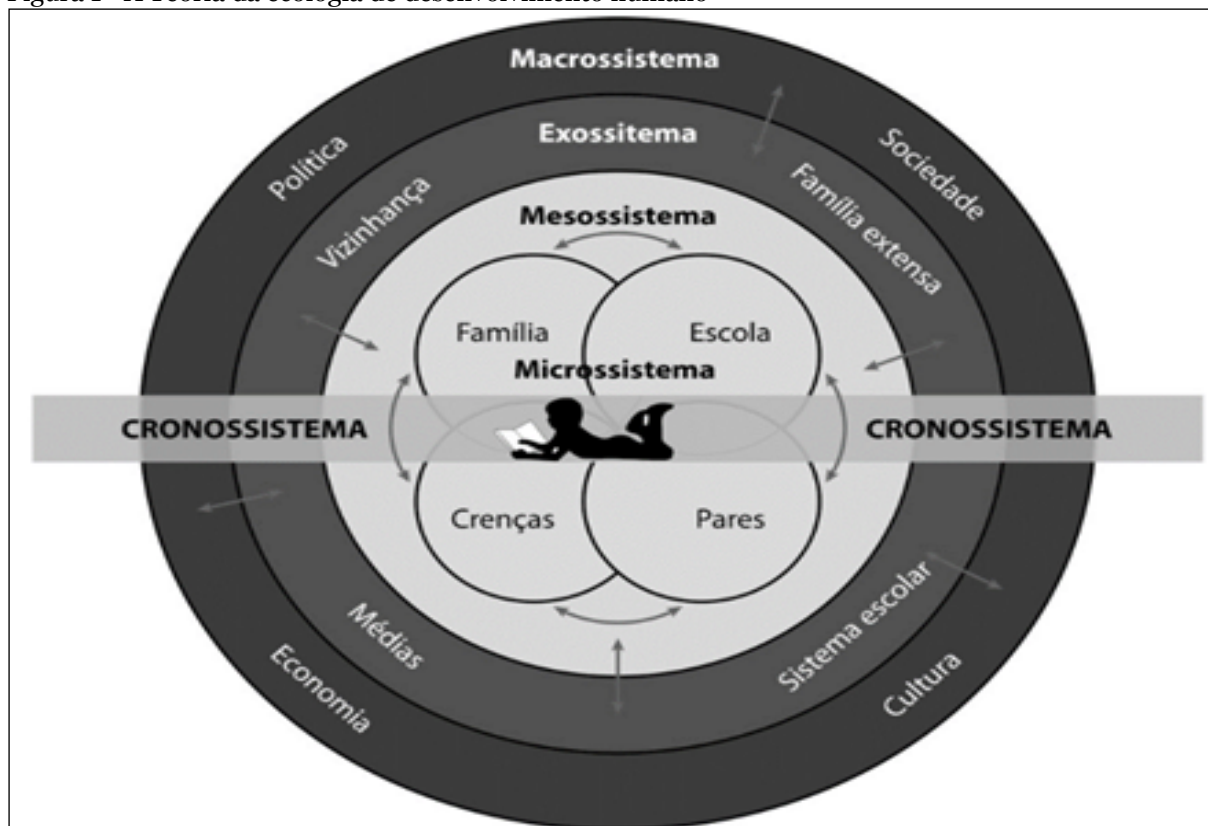
Urie Bronfenbrenner, incomodado com a fragmentação com que se estudava o desenvolvimento humano — cada uma focada no seu respectivo contexto e influenciado pela *Teoria de Campo* de seu professor Kurt Lewin, desenvolveu inicialmente o modelo denominado “ecológico”, no qual o ambiente é visto como um “[...] “ingrediente” fundamental para a compreensão de como o indivíduo desenvolve-se” (Benetti *et al.*, 2013, p. 92). Dessa maneira, este modelo mais tarde resultaria no que é conhecida atualmente como *Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano* — elemento base da psicologia ambiental— que compreende a relação ambiente e indivíduo a partir de quatro aspectos que relacionam entre si de acordo com o processo, tempo e contexto em que estão inseridos (Benetti *et al.*, 2013).

Deste modo, Moser (1991, p. 582 *apud* Moser, 2018, p. 21), define que a psicologia ambiental é a disciplina que estuda a pessoa nos seus aspectos físico e social. Seu principal objetivo é desvelar a inter-relação entre a pessoa e o ambiente ao seu redor “[...] pondo em evidência as percepções, atitudes, avaliações e

representações ambientais, de uma parte, e, da outra, os comportamentos e condutas ambientais que as acompanham”.

Dessa forma, a Teoria da Ecologia do Desenvolvimento Humano (THDH) explora como os diversos ambientes em que uma pessoa vive influenciam seu desenvolvimento. Isso será mostrado na Figura 1 abaixo.

Figura 1 - A Teoria da ecologia de desenvolvimento humano



Fonte: Moser (2018)

A análise se concentrará exclusivamente nos elementos do microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema, conceituando cada um deles e exemplificando sua relação com o tema em estudo.

Bronfenbrenner (1996) conceitua o microssistema (micro) como o ambiente imediato onde as interações diretas acontecem, como as relações “face-a-face” familiares, escolares e comunitárias. O termo “Experienciado” destaca a vivência diária dessas interações, enfatizando a importância da qualidade das relações interpessoais (Moser, 2018).

O mesossistema (meso) está conectado ao microssistema, sendo que ambos mantêm uma relação direta. Enquanto o microssistema se refere às interações “face a face” em um ambiente único, o meso abrange as interações que ocorrem em dois ou mais ambientes. Os dois sistemas não se limitam apenas aos ambientes privados, mas também se estendem a espaços públicos (Bronfenbrenner, 1996).

O meso, conforme definido por Bronfenbrenner (1996), para uma criança inclui as interações em casa, na pré-escola e com amigos do bairro, por exemplo. Para um adulto, abrange os vínculos familiares, a atividade profissional e o convívio social.

No nível micro e meso, a pobreza e a baixa renda têm um impacto direto nas interações e relações das famílias. A escassez de recursos econômicos pode resultar na falta de espaços seguros e estimulantes para o desenvolvimento das crianças, como evidenciado pela coleta de informações sobre as condições de moradia durante a entrevista para o cadastro disponibilizado pelo SAGI (2024). Essas relações se entrelaçam, e a falta de recursos financeiros criam dificuldade de acesso a serviços essenciais, como saúde e educação: a necessidade de transporte para alcançar postos de saúde e escolas pré-primárias, bem como a compra de medicamentos e materiais escolares, podem servir de exemplos para ilustrar esse cenário.

Em relação à criança pequena, o exossistema (exo), conforme definido por Bronfenbrenner (1996) e Moser (2018), refere-se aos fatores externos que influenciam ou são influenciados pelo ambiente em que ela está inserida na primeira infância. Em vez de focar na participação ativa dessa pessoa, o exossistema engloba elementos como o ambiente profissional dos pais e a classe da irmã mais velha na escola. Embora não estejam diretamente relacionados à criança pequena, esses elementos têm um impacto indireto em seu processo de desenvolvimento.

Quando os pais enfrentam dificuldades financeiras, isso pode ter um impacto negativo em sua relação com o filho pequeno no exo. Por exemplo, salários baixos e empregos instáveis podem dificultar o fornecimento de uma alimentação adequada para a criança na primeira infância. Além disso, a falta de recursos financeiros pode restringir o acesso a recursos educacionais, como livros didáticos complementares e atividades extracurriculares, afetando seu desempenho escolar e oportunidades de aprendizado. As limitações podem contribuir para um ambiente familiar tenso e estressante, reduzindo a capacidade dos pais e da irmã mais velha de oferecer suporte e cuidado ao membro mais novo (Silva *et al.*, 2021).

O macrosistema (macro) é a instância que engloba o meso e o exo, concentrando-se nos valores sociais, culturais, econômicos e políticos que influenciam os comportamentos individuais (Bronfenbrenner, 1996).

O CadÚnico é um exemplo de macro que influencia diretamente a definição das políticas sociais. Ele determina critérios de elegibilidade, estabelece os objetivos dos programas sociais e aloca recursos para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica (SAGI, 2024). Ao estabelecer indicadores de pobreza e baixa renda, as famílias podem se qualificar para receber benefícios sociais, como desconto na conta de luz e o programa Bolsa Família, contribuindo para o desenvolvimento das crianças na primeira infância (Brasil, 2024).

Pode-se considerar que a preocupação com a primeira infância por organismos como o Banco Mundial está atrelada, num primeiro instante, à constatação de “que as crianças se tornaram as vítimas mais vulneráveis das políticas econômicas globalizantes”, bem como às políticas neoliberais aumentaram de forma exponencial o sofrimento e a pobreza em países em desenvolvimento (Penn, 2002, p. 8); num segundo momento, a atenção se volta para a garantia da força de trabalho para as próximas gerações, assim investir na primeira infância é um caminho certo da saúde física e mental do trabalhador de um futuro próximo (Claro *et al.*, 2021). “Para o Banco, o objetivo da infância é tornar-se um adulto plenamente produtivo, o “capital humano” do futuro.” (Penn, 2002, p. 13). Ver as crianças, de países pobres, como instrumentos do capitalismo é apontado por Penn (2002) como a grande falácia da preocupação com a infância.

Por outro lado, Faleiros (2005, p. 176), em documento do IPEA, indica que as diversas políticas sociais de investimentos na infância e adolescência produzem efeitos duradouros na diminuição dos processos de exclusão social e na plena cidadania. Os mais jovens interferem de maneira significativa em seu meio, tendo potencial transformador das comunidades periféricas. O investimento na infância propicia “um círculo virtuoso para o desenvolvimento de crianças (...)” e “inversão da tendência de aprofundamento das distâncias sociais com a inserção num trabalho digno (...) visando-se a diminuir a periferização dos territórios de exclusão social.”

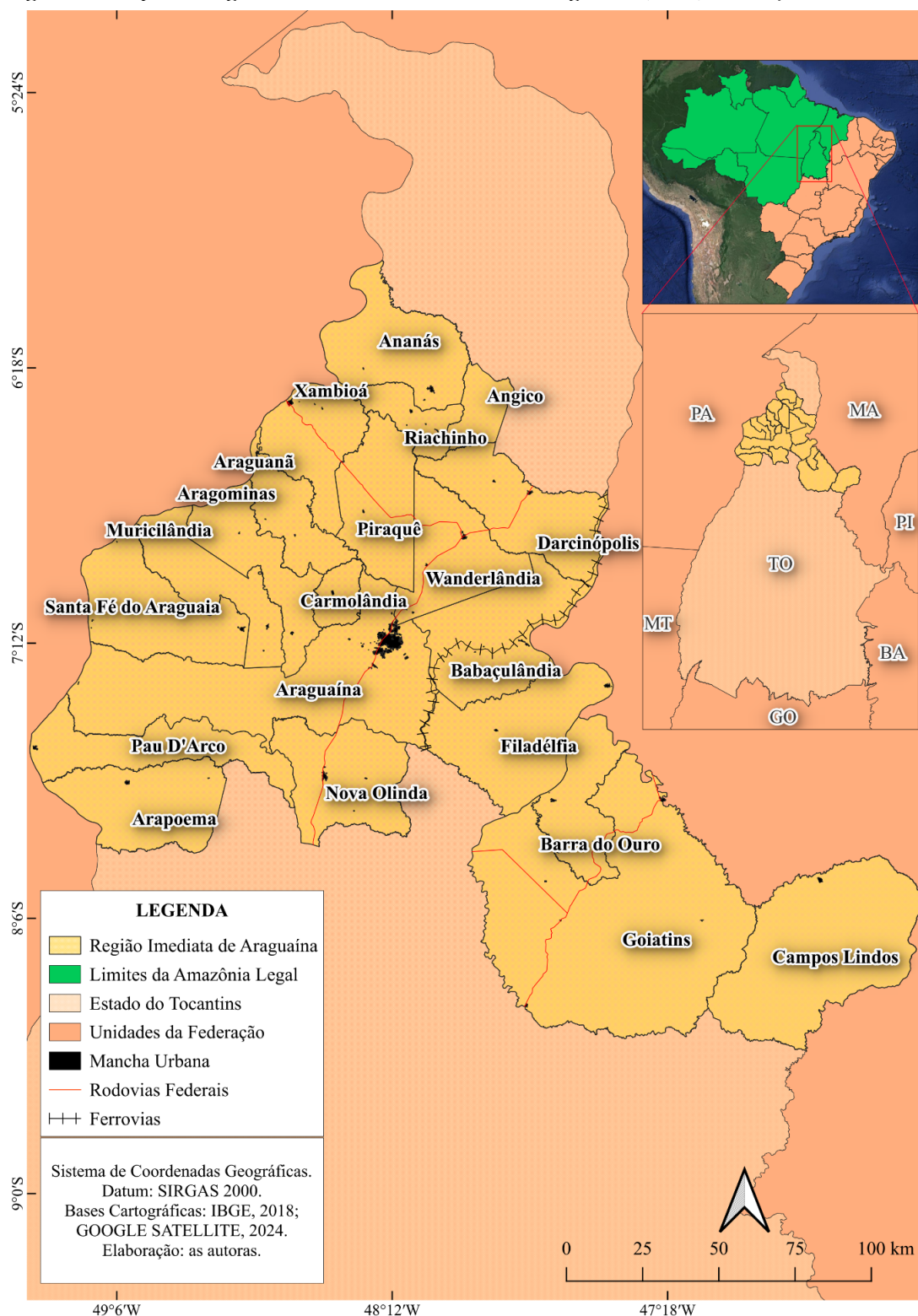
Investimentos sociais na primeira infância são compreendidos por Heckman (2011) como política de equidade que melhoram as condições futuras de participação social, funcionando como preventivos de situações de fragilidades socioeconômicas. Podem assim produzir alterações no macrossistema e, conseqüentemente, facilitar o desenvolvimento de habilidades emocionais, cognitivas, sociais e de acesso à cidadania via escolarização, saúde, lazer etc. Contudo, fragilizações nos sistemas macro interferem em todos os outros, gerando uma escalada de problemas que vão desde o desenvolvimento socioafetivo global até as amarras da exclusão social.

Cabe ressaltar, ainda, que segundo a UNICEF (2019, s/p), a Amazônia Legal é considerada “o pior lugar do Brasil para ser criança” em função das múltiplas pobreza que as afligem, como ausência de serviços adequados de saúde, educação, saneamento básico, entre outros. Soma-se o fato de que, sobretudo, nas regiões norte/nordeste, ocorre um processo apontado por Souza *et al* (2020) como a feminização da pobreza, em que se observa uma diminuição significativa da pobreza em lares chefiados por homens e um aumento naqueles chefiados por mulheres, que são em sua maioria responsáveis pela criação/cuidado das crianças. Essa é uma região marcada por múltiplas privações, acentuado índice de trabalho infantil (Lima; Paixão, 2011) e indicadores sociais são muito inferiores aos da média brasileira. É nesse contexto que aparece a região imediata de Araguaína.

3 – METODOLOGIA

O nosso recorte espacial na Figura 2 destaca-se, entre os municípios estudados, Araguaína como cidade média e os outros 20 municípios da região de influência – Ananás, Angico, Aragominas, Araguanã, Arapoema, Babaçulândia, Barra do Ouro, Campos Lindos, Carmolândia, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Muricilândia, Nova Olinda, Pau D’arco, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia e Xambioá – são classificados como cidades pequenas.

Figura 2 - Mapa da Região de Influência Imediata de Araguaína (RIIA) – 2024



Fonte: IBGE (2018); GOOGLE SATELLITE (2024), elaborado pelas autoras (2024).

A presente pesquisa tem natureza descritiva-analítica. Trata-se, portanto, de um estudo de observação, descrição e registro do perfil das crianças em idade de primeira infância, o a 6 anos, a partir de dados secundários. Neste viés, analisamos e avaliamos, qualitativamente, os dados coletados a fim de esclarecer o impacto da pobreza ao público infantil (Fontelles *et al.*, 2009). Assim, o estudo objetiva problematizar as questões socioeconômicas que atravessam a primeira infância de crianças amazônidas, nos 21 municípios da RIIA, localizada no médio-norte do estado do Tocantins.

Para compreender as questões propostas, utilizamos os dados retirados do CECAD - Consulta, seleção e extração de informações do CadÚnico (Brasil, 2024b), que é um sistema governamental do CadÚnico. Esses dados são referentes à quantidade de famílias, indivíduos totais e crianças cadastradas nos municípios que nos propomos a trabalhar.

Além disso, a fim de compreender melhor quanto essas famílias e crianças representam no todo, identificamos a população total e de crianças da primeira infância no censo mais recente feito pelo IBGE. Esses dados foram obtidos da plataforma do IBGE (2022) e do portal Primeira Infância Primeiro (2024), respectivamente.

Um terceiro passo foi, ainda no portal CECAD, na aba “Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município” (Brasil, 2024b), extrair os dados quantitativos de crianças na primeira infância que recebem o bolsa família. Esse passo foi importante para compreender a quantidade de crianças classificadas em situação de pobreza, ou seja, crianças ainda mais vulnerabilizadas economicamente.

Dessa forma, compreendemos que os dados retirados de cadastrados no CadÚnico estão mais atualizados do que os dados de população total retirados do censo. Além disso, entendemos que dois anos de diferença é um tempo relativamente grande se levarmos em consideração crianças da primeira infância. Entretanto, mesmo essa incongruência de dados, compreendemos que os dados censitários seriam importantes para a compreensão do geral e ter uma noção do quanto as famílias vulnerabilizadas representam no todo.

Para melhor compreensão, segue uma tabela identificando quais os dados recolhidos com suas respectivas fontes:

Quadro 1 - Tipo de dados coletados e as suas fontes

Tipo de dados coletados	1ª Análise			2ª Análise		
	População geral do município	População inscrita no CadÚnico	Quantidade e de famílias inscritas (CadÚnico)	Crianças de 0 a 6 anos de idade	Crianças de 0 a 6 anos de idade cadastradas no CadÚnico	Crianças de 0 a 6 anos de idade cadastradas no Bolsa Família
Fontes	IBGE (2022)	CECAD (Brasil, 2024b)	CECAD (Brasil, 2024b)	PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO (2024)	CECAD (Brasil, 2024b)	CECAD (Brasil, 2024b)

Elaborado pelas autoras (2024).

Retirado esses dados, foram tabulados em uma planilha do Excel para facilitar a visualização e compreensão por meio de uma análise percentual inicial, levando-se

em consideração também a relação entre o Brasil e o estado do Tocantins, seguindo uma abordagem que vai do geral para o particular.

Para a análise 1, haverá a necessidade de transformar esses indicadores em índices para a compreensão dos dados em relação à população total de cada município da RIIA, segue o padrão da Equações aplicadas para a amostragem da porcentagem.

(Equação 1)

$$\text{Vulnerabilidade P.C.U.} = \frac{\text{População inscrita no CadÚnico}}{\text{População geral do município}} \times 100$$

E na Análise 2, o índice será em relação à população total da primeira infância de cada município da RIIA.

(Equação 2)

$$\text{Vulnerabilidade C.U.} = \frac{\text{Crianças de 0 a 6 anos de idade cadastradas no CadÚnico}}{\text{crianças de 0 a 6 anos de idade}} \times 100$$

(Equação 3)

$$\text{Vulnerabilidade B.F.} = \frac{\text{Crianças de 0 a 6 anos de idade cadastradas no Bolsa Família}}{\text{crianças de 0 a 6 anos de idade}} \times 100$$

Posteriormente, foi utilizado o *software* QGIS 3.36 (QGIS, 2024) para georreferenciamento, onde foi gerado um mapa, a fim de mostrarmos em percentual as informações do quantitativo das crianças de 0 a 6 anos de idade que possuem CadÚnico e que recebem Bolsa Família, de acordo com a localização do município.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme descrito anteriormente no Quadro 1, os dados coletados foram organizados e analisados em duas etapas. Para melhor visualizar, o Quadro 2 a seguir mostra os resultados de cada município que compõem a RIIA no que se refere ao quantitativo de habitantes, de pessoas inscritas no cadastro único, de crianças em idade de 0 a 6 anos, de crianças de 0 à 6 anos inscrita no CadÚnico, bem como a quantidade de crianças em mesma idade contempladas pelo Bolsa Família:

Quadro 2 - Dados secundários da população geral e infantil dos inscritos no CadÚnico e Bolsa família na Região de Influência Imediata de Araguaína (TO) - 2024

	1ª Análise			2ª Análise		
Municípios	1. População geral do município	2. População inscrita no CadÚnico	3. Quantidade de famílias inscritas no CadÚnico	4. Quantidade de crianças de 0 a 6 anos de idade	5. Crianças de 0 a 6 anos de idade cadastradas no CadÚnico	6. Crianças de 0 a 6 anos de idade cadastradas no Bolsa Família
Ananás	10.325	7.439	2977	1.088	958	849
Angico	2.876	2.051	765	285	199	139
Aragominas	5.290	4.269	1706	485	476	430
Araguaína	171.301	82.785	32961	18.289	11.563	7664
Araguanã	4.310	3544	1463	497	407	341
Arapoema	5.550	3889	1513	545	475	410
Babaçulândia	7.880	5697	2468	721	653	576
Barra do Ouro	4.476	3691	1338	551	509	454
Campos Lindos	8.653	6318	2084	1.192	951	798
Carmolândia	2.201	2059	828	246	293	242
Darcinópolis	5.827	4531	1825	666	626	548
Filadélfia	7.712	5629	2185	789	718	661
Goiatins	12.433	10.800 *	4007	1.719	1.650	1511
Muricilândia	3.367	2764	1139	367	358	294
Nova Olinda	10.367	7.563	2994	1.118	1.001	821
Pau D'arco	4.043	3255	1319	463	432	383
Piraquê	2.282	2031	852	238	276	258
Riachinho	3.960	3287	1157	414	346	295
Santa Fé do Araguaia	7.216	4342	1712	851	591	461
Wanderlândia	10.522	6586	2909	1.156	827	736
Xambioá	10.517	7152	3208	1.111	958	881
Total da RIIA	301.108	179.682	71.410	32.306	24.264	18.752

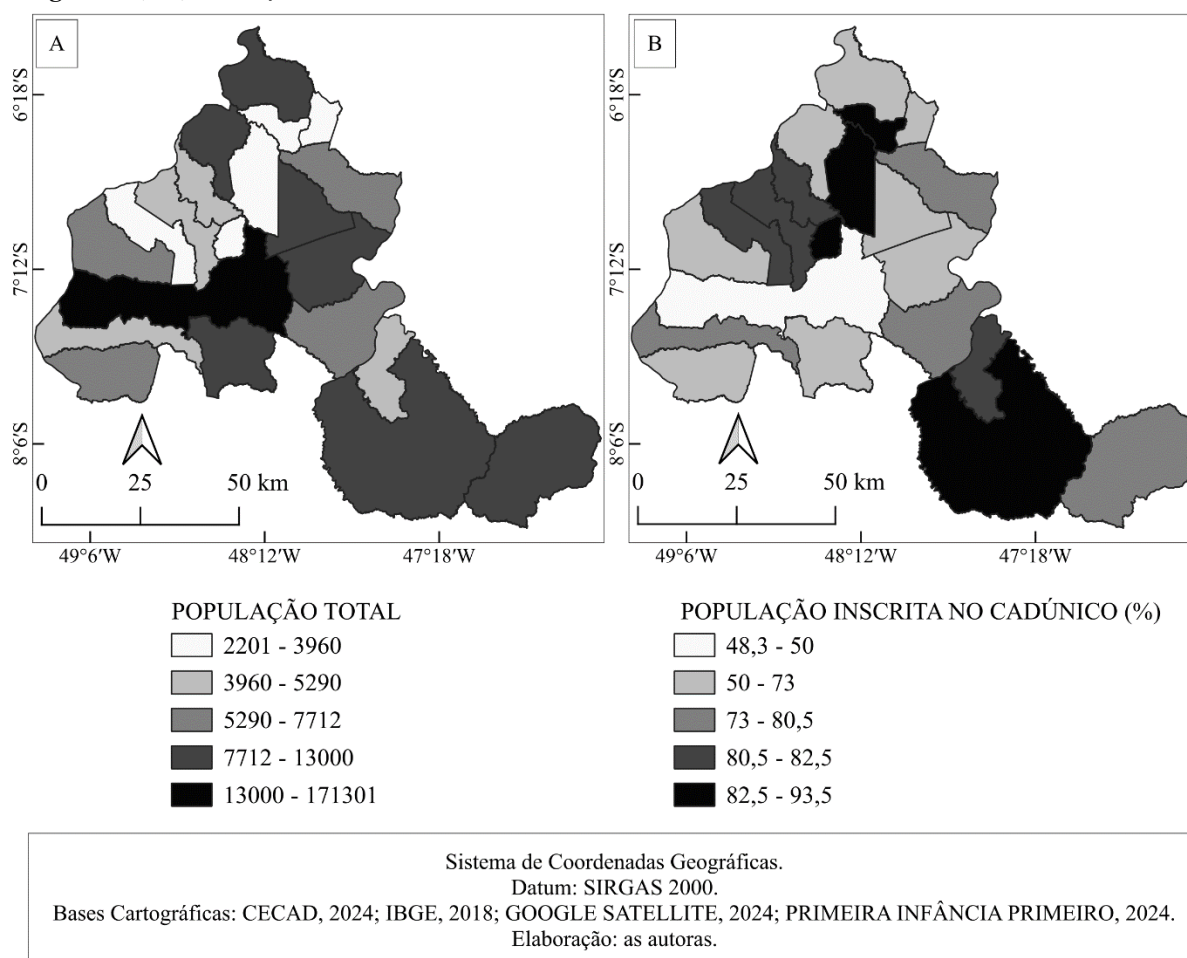
Fonte: Cecad (BRASIL, 2024); IBGE (2022); Primeira Infância Primeiro (2024), elaborado pelas autoras (2024).

Em relação à primeira etapa da análise, o Quadro 2 revela que a RIIA conta com uma população de 301.108 habitantes distribuídos em 21 municípios. Deste total de habitantes, 179.682 estão inscritos no cadastro único, o que corresponde a um percentual de 59,6% da população do RIIA.

Ao fazer o cruzamento de dados entre habitantes e população inscrita no cadastro único, os resultados revelam que o município de Carmolândia tem mais de noventa por cento de seus habitantes inscritos no CadÚnico. Similarmente, segundo a

Equação 1, o município de Piraquê tem 89% de sua população cadastrada. O município de Goiatins tem 86,9% de seus habitantes inscritos. Os demais municípios, com exceção de Araguaína (48,3%), têm entre sessenta e oitenta e dois por cento da sua população cadastrada. Esses resultados são considerados elevados quando comparados com o Brasil e o estado do Tocantins que respectivamente 47,2% e 60,9% de sua população compõem o cadastro único. Os dados apresentados são ilustrados na Figura 3, a seguir.

Figura 3 – População total e população inscrita no CadÚnico na Região de Influência Imediata de Araguaína (TO) - 2024



Fonte: Cecad (BRASIL, 2024); IBGE (2022); elaborado pelas autoras (2024).

O Mapa A apresenta a população total, enquanto o Mapa B exibe a porcentagem da população inscrita no CadÚnico na RIIA. Os dados foram elaborados utilizando a função de contagem igual (quartis) para as pequenas cidades, com destaque para Araguaína, uma cidade de porte médio.

Araguaína conta com uma população de 171.301 habitantes, de acordo com o último censo do IBGE (2022), este quantitativo corresponde a mais da metade (56,8%) da população estudada. O município tem 82.785 pessoas inscritas no CadÚnico, aproximadamente 46% de todos os cadastros da RIIA, sendo o restante dos inscritos distribuídos nos outros 21 municípios em questão.

Dito de outro modo, o público da RIIA cadastrado no CadÚnico é representado em sua quarta parte pelo município de Araguaína. No entanto, ele é o único município do RIIA que tem 48,3% de sua população inscrita no programa social, ficando acima da média nacional (47,2%) e abaixo da média do Tocantins (60,9%), indicando uma melhor condição social de sua população quando comparado ao próprio estado e numa posição similar (pouco acima) ao do país. Assim, podemos inferir que as cidades pequenas que fazem parte da RIIA têm a maior parte de sua população com perfil socioeconômico que corresponde aos critérios de concessão do CadÚnico, estando enquadradas no perfil de vulnerabilidade devido à situação de pobreza, baixa renda ou que fazem parte de famílias que ganham acima de 1/2 salário-mínimo *per capita*.

Ao analisarmos o terceiro item do Quadro 1, é perceptível que o “CadÚnico é um recurso valioso que oferece um panorama das famílias situadas na base da pirâmide social brasileira, enfrentando grande vulnerabilidade social” (Mathis, 2020, p. 4). A “base da pirâmide social brasileira” representa a parcela da população com condições de vida precárias e enfrenta desafios diários.

Diante desse cenário de grande vulnerabilidade social, o artigo da BBC intitulado “Desnutrição, abusos e mortes fazem da Amazônia o pior lugar do Brasil para ser criança”, elaborado por Guimarães (2019), expõe a dura realidade enfrentada pelas crianças na região. Ele destaca as condições de vida precárias enfrentadas pelas crianças para acessar serviços essenciais, como saúde, educação e proteção social, sendo esses desafios diários diretamente associados à pobreza.

Como exposto, o micro, exo e macrossistemas acometem diretamente no desenvolvimento das crianças pequenas, visto ser um momento em que todas as interferências produzem alterações e afetam todos os aspectos da vida. A pobreza e seus reflexos participam do ambiente da criança a partir das diversas ausências que se interconectam através desses sistemas; no microssistema, o contato direto com a família em situação de vulnerabilidade social expõe a criança aos problemas do desemprego, subemprego e informalidade, à falta de rotina adequada, aos conflitos causados pelas precariedades sociais que interferem nas relações familiares, além da alimentação inadequada, falta de acesso a bens materiais promotoras de conhecimento entre tantos outros (Moser, 2018).

O mesossistema, por sua vez, em situação de pobreza, acaba por interferir no desenvolvimento da criança em função das limitações familiares com outros níveis sociais que advém das relações de trabalho, educacionais etc. Ao compreender o trabalho como estruturador da identidade e das relações sociais (Castel, 2016), compreende-se que a sua ausência ou intermitência irá diminuir acessos a aspectos diversos variados.

E como há uma relação direta dos bebês e das crianças pequenas com suas famílias, olhando no nível micro e meso da TEDH. Com um total de 71.410 famílias no CadÚnico na RIIA, elas enfrentam restrições financeiras que impactam diretamente a capacidade de proporcionar experiências enriquecedoras aos seus filhos, como a busca por uma moradia em locais que ofereçam fácil acesso a serviços

como praças, postinhos, pré-escolas, creches, exemplificadas pelas cidades de 15 minutos⁵ da URBAN95 (2024).

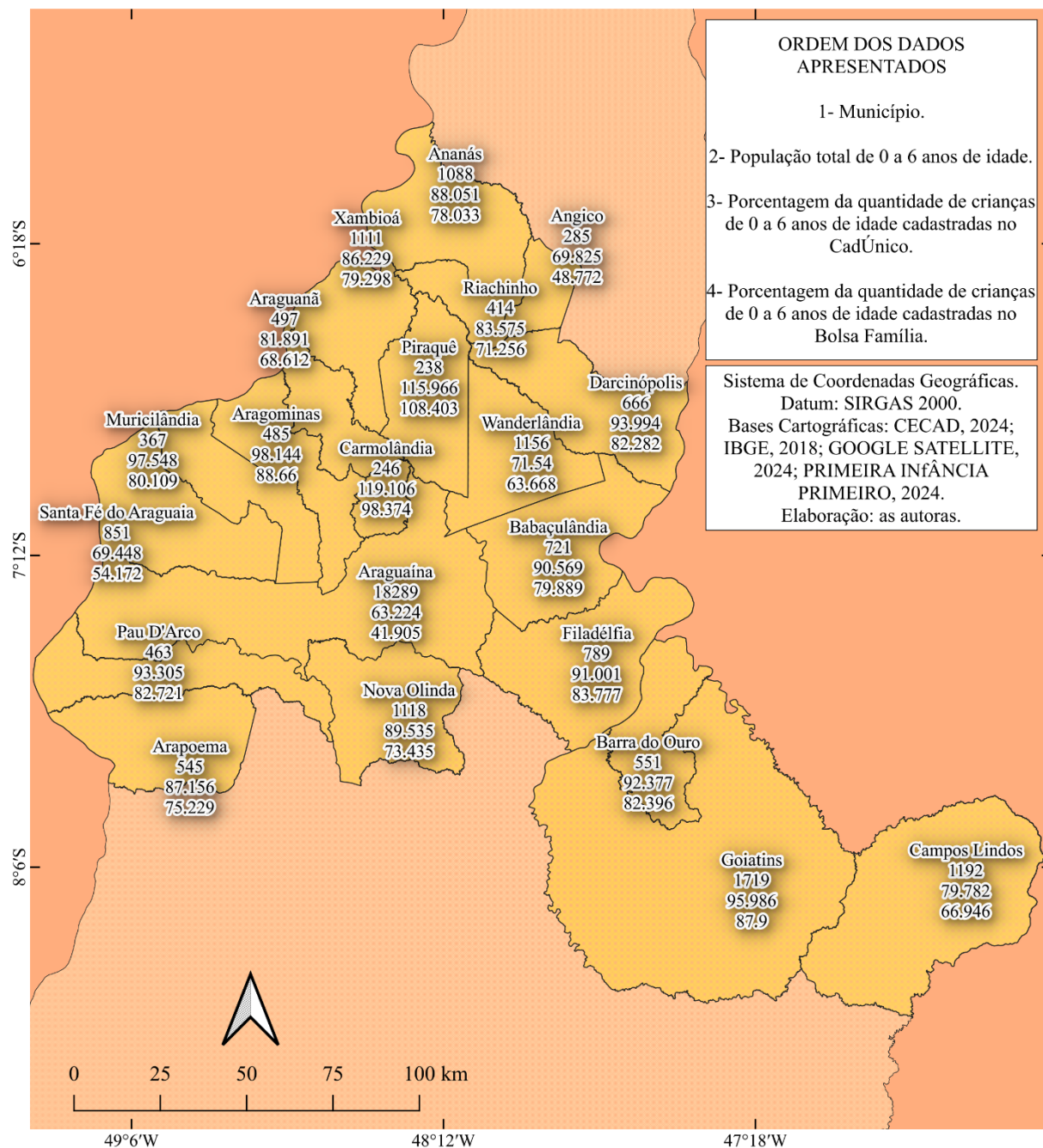
Segundo Bronfenbrenner (1996), apesar do exossistema ter um impacto indireto, ele interfere na criança a partir dos elementos definidores do bem-estar familiar, na forma como os pais se sentem, se eles acessam cuidados etc. A instabilidade salarial e a falta de um trabalho digno podem expô-los às mais diversas situações que constituem elementos importantes no desenvolvimento da primeira infância.

Nesse contexto, a condição de pobreza, baixa renda e até mesmo famílias que ganham acima de meio salário-mínimo *per capita* impactam diretamente o desenvolvimento e o bem-estar das crianças. Essas condições podem limitar o acesso a um ambiente seguro, estimulante e propício ao desenvolvimento infantil, afetando sua qualidade de vida.

É necessário lembrar que os dados populacionais e da primeira infância nos municípios da RIIA são de 2022, enquanto os dados disponíveis através do Cadastro Único (CECAD) são de 2024. Essa diferença temporal pode ajudar a compreender discrepâncias na quantidade de crianças com CadÚnico e Bolsa Família, como observado em Piraquê e Carmolândia. Nesses casos, o número de crianças cadastradas supera a estimativa total de crianças no município. Assim, a Figura 4 ilustra o mapa da localização espacial da RIIA, com os dados da análise 2 expressos em porcentagem em relação à quantidade total de crianças na primeira infância.

⁵ A ideia da Urban95 é que o planejamento dos bairros considere que uma família deve chegar aos principais serviços, como creches, posto de saúde e praças, andando em no máximo 15 minutos.

Figura 3 – Mapa das crianças na primeira infância com CadÚnico e incluídas no programa do bolsa família na Região de Influência Imediata de Araguaína (TO)- 2024



Fonte: Cecad (BRASIL, 2024); IBGE (2022); Primeira Infância Primeiro (2024), elaborado pelas as autoras (2024).

Nesta análise, observamos a quantidade de crianças de 0 a 6 anos cadastradas no CadÚnico na RIIA. Em Carmolândia, temos uma taxa de 119,1%, seguido por Piraquê com 115,9%, Aragominas com 98,1%, Muricilândia com 97,5% e Darcinópolis com 93,99%. Por outro lado, Araguaína registra o menor valor, com 63,2% das crianças cadastradas. Ao considerar a RIIA, notamos que 75,1% das crianças na primeira infância estão cadastradas no CadÚnico. A média do estado do Tocantins é

de 72,7%, esses valores são elevados em comparação com a quantidade nacional, que é de 66,3%.

É importante destacar que a inscrição no cadastro único não dá garantia de recebimento do Bolsa Família (BF). Para receber o benefício do BF, os beneficiados têm que estar cadastrados no cadastro único e atender os critérios estabelecidos pelas diretrizes responsáveis. O Bolsa Família é destinado atender famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, buscando amenizar a pobreza e fortalecer o acesso a direitos básicos sociais nas áreas de educação, saúde e assistência social (Marconato *et al.*, 2015).

Na análise para o Bolsa Família na RIIA, considerando a classificação de crianças em situação de pobreza (ou seja, renda de até R\$218,00 *per capita*), observamos a quantidade de crianças de 0 a 6 anos cadastradas. Piraquê apresenta uma taxa de 108,4%, seguido por Carmolândia com 98,4%, Aragominas com 88,7%, Goiatins com 87,9% e Pau d'arco com 82,7%. Por outro lado, Araguaína se destaca com o menor valor, registrando apenas 41,9%. A RIIA possui 58,0% das crianças na primeira infância cadastradas no Bolsa Família, no estado do Tocantins, é de 57,7%, e o total nacional, que é de 53,5%.

A questão da pobreza citada nos ajuda a entender as porcentagens elevadas de crianças na primeira infância que utilizam programas sociais, como o Bolsa Família. A necessidade de famílias cadastradas no CadÚnico é ressaltada pela teoria em seu aspecto macro, conforme apontado por Bronfenbrenner (1996), destacando a importância das políticas públicas para o bem-estar e desenvolvimento dos seres humanos.

A pesquisa de Todeschini (2015) complementa essa informação ao afirmar que “o Brasil melhorou seus indicadores de desenvolvimento humano nos últimos anos, resultado dos programas sociais” (Todeschini, 2015, p.13) como o CadÚnico e o Bolsa Família. Esses sistemas permitem ao governo compreender melhor a realidade das famílias em situação de vulnerabilidade, oferecendo suporte adequado para melhorar suas condições de vida. É importante notar que a pobreza no Brasil não está distribuída de forma igualitária em todo o território nacional, sendo mais presente nas regiões Norte e Nordeste, como destacado por De Souza e Couto (2015).

Sendo assim, respondendo ao questionamento proposto, compreendemos que 71.410 famílias estão no CadÚnico e em situação de vulnerabilidade. Em relação às crianças na primeira infância, temos 75,11% no CadÚnico e 58,04% em situação de pobreza recebendo o auxílio governamental.

Além disso, tendo em vista o que foi discutido até aqui, observamos que o desenvolvimento humano na primeira infância é multifatorial e dependente das relações sociais, ambientais e temporais. Dessa forma, compreendemos que a região analisada é caracterizada por desafios socioeconômicos de baixa renda *per capita*, sendo que mais de setenta por cento das crianças enfrentam condições de vulnerabilidade. Essas condições resultam em restrições significativas nas experiências vivenciadas tanto pelas crianças quanto pela comunidade em que estão inseridas, o que, por sua vez, prejudica o desenvolvimento durante a primeira infância.

Tendo em vista os números alarmantes de crianças da primeira infância em pleno processo de desenvolvimento, faz-se necessário a implementação e manutenção de políticas públicas para a mitigação do ciclo geracional da pobreza.

Dessa forma, através do CadÚnico, mapeando e conhecendo melhor as famílias e crianças, seja possível beneficiá-los com programas como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Benefício de Prestação Continuada, Carteira do idoso, ID Jovem e descontos na conta de energia (BRASIL, [s.d]).

O Bolsa Família é um programa de assistência econômica que garante ao indivíduo cadastrado o direito de receber o auxílio financeiro governamental. O valor desse auxílio pode variar dependendo da quantidade de membros da família e do perfil em que os integrantes se enquadram. Dessa forma, cada integrante recebe atualmente R\$142,00, chamado de renda cidadania. Além disso, no ano de 2023, cada criança na primeira infância passou a ter direito a R\$150,00, e gestante, lactente ou criança e adolescente de 7 a 18 anos a R\$50,00 cada um (BRASIL, 2023).

Para receber o auxílio do Bolsa Família, de acordo com a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, é necessário o indivíduo ou família ter o Cadastro Único e ter a renda igual ou inferior a R\$218,00 por integrante familiar. Porém, famílias com renda per capita superior a esse valor, mas abaixo de meio salário-mínimo por integrante, têm direito a receber 50% do benefício por até 24 meses (BRASIL, 2023).

Apesar de ser uma política de mitigação de fome e pobreza, suas condicionantes podem funcionar como elementos que interferem nos sistemas de desenvolvimento. Para receber o benefício, é necessário que as crianças abaixo de sete anos tenham supervisão nutricional e cumpram a vacinação previsto no calendário nacional. Além disso, as gestantes devem fazer acompanhamento pré-natal (Ministério da Saúde, Brasil, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se a importância do ambiente para o desenvolvimento das crianças na primeira infância e como incentivos intersetoriais podem contribuir para um desenvolvimento pleno e saudável. Cada vez mais, pesquisadores das mais diversas áreas mostram que a vida adulta depende de uma infância adequada e estimuladora; investimentos, sobretudo na primeira infância, funciona como alicerce de uma vida toda (Cruz, 2022; Heckman, 2011, Claro et al, 2021).

Fatores como a pobreza predisõem a outras circunstâncias que, em cadeia, dificultam o desenvolvimento infantil. A baixa escolaridade dos pais, os níveis acentuados de estresse, a instabilidade familiar, as moradias inadequadas, entre tantos outros aspectos relacionados à exposição à pobreza, acabam por relegar uma parcela da população à própria sorte; justamente àquela que mais precisa de auxílio para escapar das margens sociais (Fernandes, Melo, 2019). Na região do estudo apresentado, os dados mostram uma alta incidência de crianças em formação em situação de vulnerabilidade social.

A situação da região imediata de Araguaína não se mostrou diferente dos dados da Amazônia Legal. Portanto, é essencial adotar políticas públicas que reduzam as desigualdades sociais enfrentadas pelas famílias mais vulneráveis da RIIA. Os dados mostram que, se nada for feito, o ciclo de pobreza já detectado na primeira infância tende a se perpetuar nas próximas gerações. A visibilidade desses dados catastróficos soa como alerta sobre a necessidade de se aproveitar essa etapa da vida, que se configura como janelas de oportunidades.

Embora o estudo se concentre em famílias em situação de pobreza e baixa renda, o país oferece o programa Bolsa Família para pessoas cadastradas no CadÚnico e em situação de pobreza, o que é fundamental para combater a perpetuação da pobreza nessas famílias. O

acesso aos benefícios sociais como o bolsa família, além de ser necessário em termos de sobrevivência e acesso à alimentação, oferece algumas oportunidades em função das condicionantes e do acompanhamento com profissionais da área da saúde. Contudo, não é suficiente para alterar os sistemas que interferem no desenvolvimento humano.

O trabalho evidenciou que as condições socioeconômicas das crianças da região estudada são de extrema vulnerabilidade. Contudo, é necessário realizar novas pesquisas que avaliem o impacto, a relevância e os ajustes das políticas públicas direcionadas para a primeira infância em situação de vulnerabilidade, bem como traçar outras metas que interfiram nos demais níveis familiares e sociais, provocando mudanças tangíveis.

Não é possível discutir o avanço da Amazonia Brasileira sem antes debater, mitigar e promover o desenvolvimento pleno dos bebês e crianças que nela residem. A proteção à natureza, a floresta em pé, e os rios pulsantes perdem o sentido quando seus pequenos moradores não acessam o básico para a sobrevivência. A urbanodiversidade deve considerar e trazer para o centro de seu debate o lugar desse público na diversidade das cidades amazônicas e apontar as impertinências do Brasil quando se desperdiça uma geração inteira, antes mesmo dela ter a oportunidade de crescer.

REFERÊNCIAS

ASSIS, D. C. M. de.; MOREIRA, L. V. de C.; FORNASIER, R. C.. Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner: a influência dos processos proximais no desenvolvimento social das crianças. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 10, p. e582101019263, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i10.19263.

BENETTI, I. C. et al. Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. **Pensando Psicologia**. V. 9, N. 16 enero-diciembre 2013.

BRASIL. Lei Nº 11.016, de 29 de março de 2022. **Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, DF. 2022

BRASIL. Lei Nº 14.601, de 19 de junho de 2023. **Institui o Programa Bolsa Família**; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. Brasília, DF. 2023

BRASIL. Ministério do desenvolvimento e assistência social, família e combate à fome. **Noções básicas Cadastro Único**. Brasília [s.d.]. 2024a. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Cadastro_Unico/Cartilha/Cartilha_Cadastro_Unico_Digital.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC. **CECAD 2.0**. Brasília, fev. 2024b. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php> Acesso em: 20 mar. 2024.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

CLARO, M. de L.; SOUSA, A. F.de; NOBRE, R. de S.; LIMA, L. H. de O. Desenvolvimento infantil e formação do capital humano: sobreposição de aspectos econômicos em detrimento aos direitos. **Rev Enferm UFPI**. 2021, pp. 1-6. Disponível: [Desenvolvimento infantil e formação do capital humano: sobreposição de aspectos econômicos em detrimento aos direitos | Rev Enferm UFPI;10\(1\): e2233, 2021-09-15. | LILACS | BDENF \(bvsalud.org\)](#) . Acesso: 02/04/2024.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Rae - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-8, dez. 2002.

CRUZ, L. R. da. **Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia Legal**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2022.

DE SOUZA, T. A. A.; COUTO, A. C. L. Programa Bolsa Família: características e perfil da pobreza entre os beneficiários nos estados do Paraná e Bahia. **Informe Gepec**, v. 19, n. 2, p. 41-56, 2015.

FALEIROS, V. de P. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. **IPEA – Políticas sociais – Acompanhamento e análise**. 11 de agosto de 2005, pp. 171-177. Disponível: [bps_n.11_ENSAIO1_Vicente11.pdf \(ipea.gov.br\)](#) . Acesso: 02/04/2024.

FERNANDES, J. C. de M.; MELO, S. R. de. Relação entre pobreza e desenvolvimento cerebral na infância. **Arquivos do MUDI**, v 23, n 3, p. 442-454, 2019. Disponível: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/51569> . Acesso: 02/04/2024.

FMCSV. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. **[obra online]** Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br> 21/março/2024.

FONTELLES, M. J. *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Biblioteca Virtual em Saúde**. BRASIL, 23(3)jul.-set. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-588477> . Acesso em: 22/março/2024.

GOOGLE SATELLITE. **Google Earth**. 2024.

GUIMARÃES, L. **Desnutrição, abusos e mortes fazem da Amazônia o pior lugar do Brasil para ser criança**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50215491>. Acesso em: 20 mar. 2024.

HECKMAN, J. **Return on Investment in Birth-to-Three Early Childhood Development Programs**. Heckman. The economics of human potencial. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geologia/15819-amazonia-legal.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil e Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. 2017. Disponível em: http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/IBGE_2017_REG_GEO.pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. REGIC. **Regiões de influência das cidades: 2018a** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malhas Territoriais**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 22 mar 2024.

LIMA, J. C. M.; PAIXÃO, A. N. da. Análise dos Determinantes do Trabalho Infantil para Famílias Tocantinenses Utilizando o Modelo Logit Multinomial. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 88–104, 2012. DOI: 10.48075/igepec.v15i2.5714. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/5714> . Acesso em: 6 abr. 2024.

MARCONATO, M.; BRAMBILLA, M.A.; NASCIMENTO, S. P.; CAMARA, M. R. G. A focalização do Programa Bolsa Família nos municípios de Santa Catarina: uma análise espacial. **Informe GEPEC**, v. 19, n. 1, p. 38-54, 2015.

MATHIS, A. Cadastro Único, espelho da pobreza e vulnerabilidade social no Pará, e as possibilidade de seu uso como instrumento de gestão no combate da pandemia de Covid-19 (Paper 467). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 2020.

MELO, R. G. C. de. Psicologia ambiental: uma nova abordagem da psicologia. **Psicologia-USP**, São Paulo, 2 (1/2) 85-103, 1991.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/BRASIL. **Programa Bolsa-Família**. Disponível: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsa-familia#:~:text=O%20Bolsa%20Família%20está%20integrado,de%20pré-natal%20das%20gestantes>. Acesso: 02/04/2024.

MOSER, G. **Introdução a psicologia ambiental: pessoa e ambiente**. Tradução: Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Campinas-SP: Alínea, 2018.

PACÍFICO FILHO, M. et al; Cidades Médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), v.25, **Ed. Especial.**, p.1477 -1503, 2020. ISSN 1982-6745.

PACÍFICO FILHO, M.; BORGES, T. P.; SIQUEIRA, M. T. Cidades pequenas no contexto Amazônico: Colinas do Tocantins – TO e desigualdades intraurbanas. **Revista Cerrados**, Montes Claros – MG, v. 21, n. 01, p. 188-211, 2023.

PAIXÃO, A. N.; FERREIRA, T. Determinantes da Mortalidade Infantil no Brasil. **Informe GEPEC**, v. 16, n. 2, p. 6–20, 2014. DOI: 10.48075/igepec.v16i2.3967. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/3967> . Acesso em: 6 abr. 2024.

PENN, H.. Primeira infância: a visão do Banco Mundial. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março/ 2002, p. 7-24. Disponível: [SciELO - Brasil - Primeira infância: a visão do Banco Mundial Primeira infância: a visão do Banco Mundial](#) . Acesso: 02/04/2024.

PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO. **Brasil**. 2024. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/dados/brasil/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

QGIS. **Baixar Qgis 3.36**. Disponível em: https://www.qgis.org/pt_BR/site/forusers/download.html. Acesso em: 23 mar. 2024.

SAGI. Secretária de Avaliação e Gestão da informação. **Perguntas Frequentes sobre Dados do Cadastro Único para Programas Sociais**. 2024. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/perguntas_frequentes_dados_cadastro_unico_programas_sociais.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

SILVA, Í. de C. P. da *et al.* Resiliência familiar e estresse parental em famílias pobres. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 38, 2021.

SOUZA, V. de; PENTEADO, C.; NASCIMENTO, R. do; RAIHER, A. P. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 53–72, 2020. DOI: 10.48075/igepec.v24i1.22710. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22710> . Acesso em: 6 abr. 2024.

SPOSITO, E. S.; JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí, Pocco Editorial, 2013.

TODESCHINI, C.; BEZERRA BAÇO, F. M. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise das regiões metropolitanas. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 57–71, 2016.

UNICEF. Dia da Amazônia. **Conheça a situação da infância na Amazônia Legal**. Análise do UNICEF mostra os principais desafios para as crianças e os adolescentes que vivem na região. 05 setembro 2019. Disponível no site: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dia-da-amazonia-conheca-situacao-da-infancia-na-amazonia-legal> Acesso: 02/04/2024.

URBAN95. **Mobilidade para as Famílias**. Disponível em: <https://urban95.org.br/principais-eixos/mobilidade-para-familias/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

ZILIOOTTO, B. A.; FERRAZ, M. O. K.; MARQUES, C. S. da PO. Marco Legal da Primeira Infância como ferramenta fundamental ao alcance do desenvolvimento socioeconômico no Brasil. **RJLB**, ano, v. 6, p. 371-400.

Recebido em 06/04/2024.

Aceito em 30/06/2024.